Livro nº. 7
Folha 112

MUNICÍPIO DE

TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2016/04/08

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 8 de abril de 2016

----- Aos oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a segunda sessão ordinária de dois mil e dezasseis da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro; ----------

-2. Análise e votação de pedido de autorização para contratação de empréstimo de médio e longo prazo no valor de quinhentos mil euros; --------

-3. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e quinze;----------

-4. Apresentação do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas.---------

----- Assumiu a Presidência da Mesa, o Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Guilherme Coelho Alves, assumindo o senhor Vítor Fernandes o lugar de Primeiro Secretário e o lugar de Segundo Secretário a senhora Marinha Esteves. -

----- Esteve presente nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os Srs. Vereadores Dr.ª Liliana Machado e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta assembleia, num total de vinte e oito, tendo-se registado as faltas justificadas dos senhores deputados Agostinho Moura e Clara Sousa, que foram respetivamente substituídos nos termos da lei pelos senhores deputados Ruí Manuel da Costa Luís e Maria Severina Loureiro. Neste capítulo registou-se ainda a ausência da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Covide ----------

----- Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão e, logo de seguida, o senhor Primeiro Secretário da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente as justificações dos senhores deputados que se encontram ausentes, tendo

colocado a mesma à disposição para consulta. ----------

---- Posteriormente, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior que mereceu as considerações dos senhores deputados Manuel Cerqueira da "Coligação Juntos por Terras de Bouro" e Manuel Sousa do *MPT*. ----------

---- Assim sendo, o senhor deputado Manuel Cerqueira solicitou a correção da deliberação do ponto seis da ordem de trabalhos, já que consta que o mesmo foi aprovado por unanimidade, mas o senhor deputado votou contra, justificando a sua opção com a inexistência de investimento privado e assim terá que constar que o mesmo foi aprovado por maioria. ----------

---- Já o senhor deputado Manuel Sousa interveio sobre a ata da sessão anterior nos moldes da seguinte transcrição: ----------

---- *Em relação à ata da sessão de Assembleia Municipal, de 26 de Fevereiro, apesar de não estar presente, foi-me indicado que, na página 10, não corresponde ao que foi dito na reunião; refiro-me à frase: "Bem sabe que alguns deputados municipais debitam o que lhes é dito por terceiros, que estão fora dos problemas e desconhecem o que está a ser feito para os resolver". O Senhor Presidente terá assumido as responsabilidades. Além disso, na mesma página a referência à prescrição de 13 mil euros de dívidas foi referida no ponto seguinte da ordem de trabalhos.* ----------

----- *Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa nesta fase.* ----------

----- A ata da sessão anterior foi logo depois submetida à votação, sendo aprovada por maioria com a abstenção do senhor deputado José Alberto Martins, que não esteve presente na sessão anterior por motivo de doença. ----------

------ Iniciou-se seguidamente o "Período de Antes da Ordem do Dia" com as intervenções iniciais dos senhores deputados Manuel Sousa do Movimento Partido da Terra (MPT), Manuel Cerqueira da "Coligação Juntos por Terras de Bouro", José Alberto Martins, também da "Coligação Juntos por Terras de Bouro" e António Lages do Partido Socialista. ----------

----- O senhor deputado Manuel Sousa iniciou então a sua intervenção que de seguida se transcreve na íntegra:----------

----- *"Apresentação inicial das condolências pelo falecimento do avô da Senhora Vereadora Dr. Liliana Machado e falecimento da mãe do Senhor Vereador Dr. António Afonso, seguido do pedido de um voto de pesar, a ser acrescentado aos pontos da ordem de trabalhos e a ser votado pelos membros da Assembleia*

Municipal.----------

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ----------

Senhor Presidente da Câmara, ----------

Caros colegas Deputados Municipais, ----------

Caros cidadãos, ---------- --

--- Antes dos assuntos da ordem do dia, apresento as minhas condolências à Senhora Vereadora Dr. Liliana Machado pelo falecimento do seu avô, assim como, condolências ao Senhor Vereador Dr. António Afonso pelo falecimento da sua mãe. Por questões profissionais não me foi permitido estar presente nas respetivas cerimónias fúnebres. Vários munícipes fizeram chegar opinião em relação à recente colocação de iluminação led; referem que, por exemplo, na Av. Manuel Francisco da Costa, a iluminação atual é desadequada porque as lâmpadas utilizadas poderão não ser as indicadas ao tipo de candeeiros da avenida. Consideramos que este projeto de alteração à iluminação é louvável, pelas questões económicas na poupança de custos energéticos e consequências ambientais; no entanto, cada local terá que ser previamente estudado para a colocação da iluminação apropriada, de forma a evitar um défice na qualidade da iluminação pública. Nesta situação, a questão é saber se existe opinião formada em relação ao assunto e o que pode o executivo fazer para as melhorias na iluminação. Há algumas semanas existiu um aluimento de terras, no Banco do Ramalho, na Assureira, assunto que chegou a ser referido nesta Assembleia quando se abordou a questão do corte dos eucaliptos. Tendo em conta que os referidos terrenos são da responsabilidade do ICNF, está assegurada a segurança para evitar novas derrocadas? Há conhecimento por parte da entidade responsável, para que garanta a segurança pública? ----------

----- Em relação ao ponto da sessão de Assembleia Municipal anterior, em que estive ausente, permitam-me referir algumas considerações: Apesar de ter indicado, há momentos, que na reunião não existiu qualquer referência aos textos escritos por terceiros é a ideia que fica e que será conveniente esclarecer, sem qualquer constrangimento por isso. Apesar de ser o único deputado a representar o Partido da Terra, na Assembleia, e apesar da dimensão e organização do partido tanto regional como nacional ficar aquém de outras máquinas partidárias que bem conhecemos, temos uma organização que nos permite trabalhar em

equipa. Temos apoio jurídico em situações que consideramos duvidosas e para apoio na necessidade em recorrer a outras áreas competentes. Sabem muito bem que alguns dos temas que aqui tratamos são complexos, que implicam análises pormenorizadas e a consulta de pessoas e pareceres, para uma opinião sustentada. Assim devemos trabalhar. As nossas reuniões são debatidas e a opinião é consensual, para estarmos alinhados com as posições que defendemos. A importância de ser escrito ou de improviso não retira a validade daquilo que aqui é questionado e debatido; considero relevante para que as posições aqui manifestadas estejam em ata da forma mais correta e sem qualquer falta de informação relevante; além de facilitar o trabalho de quem elabora o documento. Quando existe a ideia de que se lê textos por terceiros e que nada sabem do assunto, lembro que as intervenções se baseiam apenas na análise dos dados que nos são fornecidos e sobre os quais desejo os respetivos esclarecimentos, apenas contrapondo as ações do Executivo Municipal com os documentos, decretos de lei e pareceres. Não tenho qualquer função executiva, mas uma função de questionar aquilo que merece ser clarificado e de manifestar uma opinião contrária. Em relação à referência dos 13 mil euros que se perderam de receita em relação às prescrições, importa dizer que seja este um valor alto ou baixo merece o reparo, ainda para mais quando se trata de receita pública e num município que convive com "tostões contados". Mas veremos que, pelo relatório de contas a analisar ainda na ordem de trabalhos, há um valor de receita que se perdeu e que fazem toda a diferença na gestão do município. ---------- Relembramos que foi o MPT que levantou esta questão das dívidas prescritas, ou seja, sem o nosso alerta este assunto passaria de forma ligeira. Relembraram tempos passados em que não existia qualquer controlo sobre as contas da água; o senhor deputado Filipe Pires sugeriu até que se analisasse também o que foi feito pelo executivo anterior; relembro a todos que o Partido da Terra sugeriu a criação de uma comissão de inquérito para analisar a situação, independentemente dos responsáveis e executivos - lamentavelmente foi chumbada. Falaram do nome do Dr. Teixeira como responsável pelo assunto no executivo anterior; mas, se é necessário algum esclarecimento, talvez seja oportuna a sua presença nesta Assembleia. ---------- O Senhor Presidente assumiu perante a minha colega deputada, na sessão anterior, que assumia as responsabilidades por todo este assunto. A questão é: que tipo de responsabilidades assume na prática? Informamos também esta

Assembleia que o MPT remeteu a esta Câmara Municipal um pedido de esclarecimentos para saber o volume de autos de notícia e excussões de dívida iniciadas junto dos munícipes que se encontram em incumprimento, dado que o Senhor Presidente indicou existirem cerca de 140 processos de execução em curso, quando pela listagem de faltosos que foi entregue a todos os membros desta Assembleia, em 2015, existiam 3759 dívidas. Os dados solicitados foram apenas data da instauração do processo; n.º de processo; valor; data do consumo (mês); e, data da citação legal. Em nenhuma situação solicitamos a divulgação dos nomes das pessoas porque não consideramos relevante para a análise. Entretanto ao meio desta semana recebemos a informação solicitada - agradeço a prontidão no envio. No entanto, o número de processos é de 25 quando o Senhor Presidente referiu na última sessão 140 processos".----------

----- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.---------

----- Seguidamente foi a vez do senhor deputado Manuel Cerqueira que, depois dos cumprimentos iniciais e fazendo votos de que todos tenham tido uma boa Páscoa, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre os seguintes assuntos: para quando o funcionamento do barco turístico Rio Caldo e se estará a navegar no próximo verão; quando será concretizado o tratamento do passeio em madeira em Rio Caldo; se a Praia do Alqueirão terá na época de veraneio casas de banho. Já sobre as vias rodoviárias, o senhor deputado Manuel Cerqueira aludiu às más condições da ligação entre Valdosende e Santa Isabel do Monte, onde nesta última localidade, mais concretamente em Rebordochão, se encontra um muro junto à estrada prestes a cair e de como seria importante tomar providências para que não aconteça um acidente grave para quem lá passa. Por último, neste período, o senhor deputado Manuel Cerqueira questionou também o atual ponto de situação relativamente à Ciclovia do Cávado. ----------

----- Logo depois teve início a intervenção do senhor deputado José Alberto Martins que dirigiu cumprimentos à mesa e a todos os presentes e comunicou que por motivo de doença não pôde comparecer à sessão anterior desta assembleia, lamentando esse facto. Prosseguindo a sua intervenção, o senhor deputado José Alberto Martins apresentou e colocou à consideração da assembleia um voto de pesar pelo falecimento da senhora Custódia Maria Ferreira, mão do senhor vereador Dr. António Ferreira Afonso. ----------

----- Seguidamente, o senhor deputado José Alberto Martins aludiu à questão da segurança no trabalho e de como é importante a defesa da vida em condições de trabalho e em todas as situações. Tal vem a propósito do recente acidente no desempenho das suas funções de um funcionário da câmara municipal que caiu num depósito de água e se este ficará ou não em condições de voltar ao trabalho, há ou não a preocupação pela segurança das pessoas, questionou o senhor deputado. É bom que as pessoas não sejam apenas números e sejam tratadas com dignidade, já que a segurança e a vida são, sem dúvida, o que mais nos preocupa, frisou o senhor deputado. Continuando e agora sobre a temática da recuperação das dívidas da água, o senhor deputado José Alberto Martins afirmou que talvez seja melhor existir uma mudança de atitude no tratamento de certos assuntos, pois será por isso e cita-se "que este país não sai da cepa torta", fim de citação. Tal vem a propósito da desavença acontecida na última sessão em que o senhor vereador Dr. António Afonso foi alvo de um ataque menos próprio que se condena e sobre o qual o senhor deputado frisou ainda que pediu ao senhor vereador Dr. António Afonso para continuar o seu empenho sobre Terras de Bouro, apesar deste último estar também envolvido em outros projetos, isto porque é, na sua opinião, a pessoa que melhor e mais conhece Terras de Bouro em todos os dossiês em curso. Ainda sobre a problemática das "dívidas da água", o senhor deputado José Alberto Martins questionou a demora para agir, se já existia conhecimento desta situação e o porquê de se invocar a prescrição, apesar de se beneficiar de um serviço público. Ainda o senhor deputado José Alberto Martins referiu e cita-se que "o senhor vereador Dr. António Afonso foi sancionado duplamente nas urnas, mas agora é o atual Executivo que está em avaliação, a quem cabe resolver a situação e é disso que estamos aqui a falar", fim de citação, não deixando ainda de frisar que, anteriormente, já o MPT tinha proposto uma Comissão de Inquérito para avaliar esta e outras situações semelhantes que não foi aprovada por esta assembleia, cujos motivos não se entendem, finalizou o senhor deputado José Alberto Martins com a expressão: "há coisas que não se compreendem".----------

----- Posteriormente assumiu a palavra o senhor deputado do Partido Socialista, António Lages que, em primeiro lugar, apresentou as condolências à senhora vereadora Dr.ª Liliana Machado, pelo falecimento do seu avô, sugerindo um Voto de Pesar por esta situação e também ao senhor vereador Dr. António Afonso, pelo falecimento da sua mãe. O senhor deputado António Lages continuou a sua

intervenção nos moldes que, de seguida, se transcrevem: ----------

----- *"A estrada, Amares/Valdosende/Rio Caldo – Nacional 308 - e Gerês- Portela de Leonte, Nacional 308-1, com a aprovação do plano rodoviário nacional em 1998 através do decreto-lei 222 de 17 de julho, passou a regional 205-5. As estradas regionais são as que fazem a ligação entre agrupamentos de concelhos constituindo unidades territoriais, devendo garantir condições de circulação e segurança. No entanto ao longo da estrada continuam os marcos da quilometragem com a designação de nacional 308 até Rio Caldo e 308-1 de Rio Caldo até à Portela de Leonte, quando deveria ser ER) regional 205-5.Ora o facto de não se encontrar corregida, tem provocado alguns incómodos aos automobilistas que nela circulam, identificação do local para chamada de socorro, solicitação de presença da autoridade, desentendimento com companhias de seguros. Por outro lado o Google mapas tem a estrada sinalizada como nacional 308 até Rio Caldo e nacional 308-1 até á Portela do Homem, situação que também carece de atualização. Os condutores ligam o GPS tem a indicação de estrada Nacional, quando ela e Regional, só até à Portela de Leonte, porque dai até à Portela do Homem é Florestal, não garantindo condições de circulação em segurança a qualquer tipo de veiculo. Os camionistas ligam o GPS, este indica-lhe o trajecto mais curto para Espanha, o mapa informa que a estrada é nacional, seguem viagem com confiança, mas a determinada altura do percurso não conseguem passar, provocando constrangimento no trânsito, danos nas viaturas e na própria via derrubando muros e peões de resguardo. Entendo que esta situação deve ser resolvida, não sei se pelas Estradas de Portugal se pelo Município, fica à consideração do executivo Municipal. O decreto-lei determina que, enquanto se mantiverem sob responsabilidade da administração central, as estradas regionais estão subordinadas ao enquadramento normativo das estradas da rede rodoviária nacional. Sendo os programas anuais e plurianuais de investimento nas estradas regionais, definidos pelas instituições representativas das regiões onde se inserem, podendo a respetiva despesa ser suportada por verbas inscritas no Orçamento do Estado."*----------

----- Fim da transcrição e da intervenção do senhor deputado António Lages.--------

---- Logo a seguir o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração as propostas hoje aqui apresentadas, aprovadas por unanimidade

para inclusão na ordem de trabalhos e, assim sendo, os respetivos Votos de Pesar passaram a constar da mesma, como pontos cinco e seis, respetivamente, pelo falecimento da senhora Custódia Maria Ferreira, mãe do senhor vereador Dr. António Ferreira Afonso e pelo falecimento do senhor António José Machado, avô da senhora vereadora, Dr.ª Liliana Machado.----------

----- De seguida, iniciou-se o primeiro período de respostas e esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal aos senhores Deputados. --------

------ Ainda antes das alusões às intervenções dos senhores deputados, o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou as condolências às famílias dos falecidos hoje aqui referenciados, nomeadamente à senhora vereadora Dr.ª Liliana Machado pelo falecimento do seu avô, senhor António José Machado, e ao senhor vereador Dr. António Afonso pelo falecimento da sua mãe, a senhora Custódia Maria Ferreira. ----------

----- Depois e já sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, o senhor Presidente da Câmara Municipal confirmou que a iluminação na Vila do Gerês apresenta falhas e que será melhorada, aliás como já foi referido anteriormente. No que diz respeito à limpeza do talude e apesar deste ser da responsabilidade do ICNF, que se recusou a fazer a mesma, a câmara municipal assumiu essa operação e, mais uma vez, porque as estruturas do Estado, responsáveis nesta situação, não assumiram a situação como deviam, já que se configurava a ausência de segurança pública nas imediações. Quanto às citações da ata da sessão anterior, estas não se referiam à colega deputada do MPT presente na última sessão, como referiu o senhor deputado Manuel Sousa, mas sim ao senhor deputado João Luís Esteves, situação que ficou devidamente sanada e esclarecida logo na devida ocasião. No que concerne à prescrição das dívidas e respetivos desenvolvimentos, a responsabilidade da resolução destas situações é sempre do presidente da câmara municipal e talvez tenhamos nova listagem para apresentar em junho ou setembro. No que diz respeito aos números avançados, na sessão anterior o senhor Presidente da Câmara Municipal falou em cento e quarenta e dois processos de execução fiscal, entretanto alguns ficaram resolvidos. ----------

----- Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Cerqueira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal avançou que a embarcação turística "Rio Caldo" estará a navegar no próximo verão e no que diz respeito ao tratamento do passeio em Rio Caldo, o material já está em armazém e ainda não foi aplicado

devido às condições atmosféricas adversas, pois é necessário deixar secar bem o pavimento em madeira para aplicar o respetivo produto. Sobre a Praia do Alqueirão existirá uma intervenção enquadrada num projeto da CIM Cávado para praias fluviais, com instalação de posto de primeiros socorros e casas de banho e já sobre a estrada que liga Santa Isabel a Valdosende, foi efetuada uma limpeza recente e tapados os buracos no piso. ----------

---- Neste período, o senhor deputado Manuel Cerqueira pediu a palavra para comunicar que em Vilar a Monte, Valdosende, há buracos junto às tampas de saneamento e uma outra situação de depressão perigosa do piso. ----------

----- Logo a seguir e sobre estas últimas situações e também sobre o muro em risco de queda em Rebordochão, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que irá averiguar sobre as mesmas. Continuando, mas agora sobre a ciclovia do Cávado o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou todo o processo, esclarecendo que há o projeto da ciclovia do Cávado, entre Esposende e Amares e há o projeto da ciclovia do Homem, entre a Ponte do Bico e Terras de Bouro, explicando também que tais projetos são da responsabilidade da CIM do Cávado.----------

------ Sobre este último aspeto da intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, assumiu a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal para corroborar a mesma e acrescentar que, enquanto membro da Assembleia Intermunicipal da CIM Cávado, há já sete anos que os projetos das ciclovias em questão estão definidos nos moldes apresentados pelo senhor presidente da câmara. ----------

----- Posteriormente, o senhor Presidente da Câmara Municipal reassumiu a palavra e relativamente à intervenção do senhor deputado José Alberto Martins disse que não é possível evitar todos os acidentes de trabalho, apesar de o Município ter todo o cuidado quanto às normas de higiene e segurança no trabalho. Sobre o funcionário acidentado em causa, o senhor João Miranda, as informações médicas relativamente à evolução da sua saúde são otimistas, mas só os médicos é que melhor poderão atestar a sua completa recuperação. Mais afirmou o senhor Presidente da Câmara Municipal que se há alguém para quem as pessoas não são apenas números, o atual executivo municipal é a melhor prova de que tal assim é, sublinhou. Deu como exemplo as várias iniciativas e

medidas no âmbito da ação social municipal e também o tratamento com os dirigentes das unidades orgânicas do Município que, após a tomada de posse do atual executivo, não se registou qualquer mudança, ao contrário do que muitos esperavam e vaticinaram. Neste Município, continuou, há um acompanhamento direto e personalizado das situações urgentes de apoio social e de saúde e deu como exemplos situações de não pagamento de despesas com medicamentos, propinas escolares e outras situações dramáticas assumidas pela câmara municipal, como sendo a prova evidentes destas preocupações sociais e de que as pessoas não são meros números, como disse o senhor deputado José Alberto Martins. Aproveitou a ocasião para agradecer ao senhor Presidente da Junta da Freguesia de Moimenta a colaboração na resolução de um dos últimos casos de precariedade social com que o Município foi, mais uma vez, confrontado. Sobre a alusão ao referido "ataque ao Dr. António Afonso", o senhor presidente considerou que não fez qualquer "ataque" pessoal, mas na sessão de hoje e devido às circunstâncias conhecidas por todos, por uma questão de respeito pela ausência do senhor vereador nesta sessão, o senhor Presidente da Câmara Municipal não fará qualquer comentário sobre esta situação, mas na próxima sessão e se o senhor vereador estiver na mesma, então voltará a abordar o assunto. Seguidamente, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou e fez distribuir por todos os presentes uma relação das dívidas ao Município, dando cumprimento a uma solicitação apresentada pelo senhor deputado Manuel Cerqueira na última sessão deste órgão. ----------

----- Em seguida e ainda sobre a intervenção do senhor deputado António Lages, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse existir essa preocupação com a denominação ou qualificação da estrada que agora é regional no Vale do Cávado e dessa preocupação será dado conta às Infraestruturas de Portugal, concluiu, nesta fase, o senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

------ Seguiu-se o período reservado às intervenções do público presente, não se registando qualquer intervenção. ----------

----- Terminado este período de "antes da ordem do dia", entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos com os seguintes pontos:----------

1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro; ----------

2. Análise e votação de pedido de autorização para contratação de empréstimo de médio e longo prazo no valor de quinhentos mil euros; --------

-3. Análise e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos a dois mil e quinze;----------

-4. Apresentação do Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas.---------

--5.Apresentação e consideração de Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Custódia Maria Ferreira. ----------

-6. Apresentação e consideração de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor *António José Machado.* ----------

---

----- O período da Ordem do Dia iniciou-se então com a apresentação da situação económica e financeira do Município, começando o senhor Presidente do Município por referir os montantes da receita e da despesa do Município até ao momento. ----------

----- De seguida, o senhor Presidente da Câmara procedeu à apresentação das atividades do município realizadas entre o dia seis de fevereiro e o dia desta sessão. ----------

----- Referiu então, sobre a Divisão de Obras Municipais, a elaboração de projetos para a reabilitação de edifícios escolares e intervenções diversas no âmbito da Proteção Civil para normal reposição das condições de serviço das vias municipais e espaços públicos afetados pelas recentes intempéries. Já relativamente à Divisão de Planeamento e Urbanismo, deu conhecimento da atividade de concessão de várias licenças de utilização e construção, além da emissão de certidões de interesse municipal e ainda da ação de inspeção que está a decorrer pelo IGAMAOT e sobre a qual e respetivo relatório será dado a conhecer a esta assembleia logo que tal relatório seja enviado ao Município.--------

----- Continuando a sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara comunicou e abordou ainda os seguintes assuntos: as atividades do Centro Municipal de Valências, do Núcleo Museológico no Campo do Gerês e do Serviço Municipal de Apoio ao Agricultor, com a realização de sessões de esclarecimento; a *4.ª Edição do Festival de Caminhadas*; a geminação com a localidade francesa de *Le Beausset*; as atividades do Projeto Bem Envelhecer III; o anúncio da 3.ª *Feira do Cabrito Biológico da Serra do Gerês,* entre seis e oito de maio, e já no fim de

semana próximo o Ultra Trail da Geira.----------

------- Aberto o período de inscrições sobre o primeiro ponto, pediu a palavra o senhor deputado Manuel Cerqueira para referir que no cartaz da Feira do Cabrito Biológico da Serra do Gerês não é referido o local do evento, o que pode induzir em erro as pessoas e seria melhor colocar a denominação "Vila de Terras de Bouro". ----------

----- Posteriormente e já sobre o segundo ponto da ordem de trabalhos – **Análise e votação de pedido de autorização para contratação de empréstimo de médio e longo prazo no valor de quinhentos mil euros** – o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por informar que o executivo atual, desde que tomou posse em novembro de dois mil e nove, nunca pediu qualquer empréstimo de médio e longo prazo, tendo reduzido sucessivamente, ano após ano, o montante deste tipo de dívida. No momento presente, justifica-se o recurso a um empréstimo de médio a longo prazo até quinhentos mil euros devido à necessária e urgente requalificação da rede viária municipal, que tem sido muito afetada e danificada pelas intempéries, e ainda devido à necessária construção e requalificação de sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais e modernização do sistema de abastecimento de água, investimentos para os quais solicitou autorização por ultrapassarem dez por cento das despesa de investimento, uma vez que o Município de Terras de Bouro se encontra numa situação financeira perfeitamente estável e equilibrada, com uma capacidade de endividamento até um milhão e quinhentos mil euros, salientou o senhor Presidente da Câmara Municipal.----------

----- Aberto o período de inscrições para o uso da palavra sobre o segundo ponto da ordem de trabalhos, interveio o senhor deputado José Alberto Martins da Coligação "Juntos Por Terras de Bouro" para questionar se há garantias de que este empréstimo será consignado na totalidade para as obras elencadas pelo Sr. Presidente, algumas a executar ou já executadas ou ainda para compor alguns atrasos nos pagamentos a fornecedores. Mais referiu que quinhentos mil euros seriam muito importantes se o concelho de Terras de Bouro tivesse projetos cofinanciados pela União Europeia. ----------

----- Sobre esta intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o empréstimo tem de ser integralmente consignado aos investimentos apresentados, ou seja, rede viária e redes de água e de saneamento básico, tendo solicitado os melhores esclarecimentos ao Dr. Paulo Antunes, Dirigente da

UAGF do Município presente nesta sessão, que tomou a palavra para confirmar que as condições deste empréstimo, com o prazo máximo de vinte anos, só podem ser obtidas se as verbas solicitadas se destinarem exclusivamente aos investimentos apresentados, acrescentando que não é legal afetar verbas de um empréstimo a outros investimentos que não constem da proposta de empréstimo. ------ Sobre esta matéria interveio também, logo depois, o senhor Presidente da Assembleia Municipal para frisar que não há fundos comunitários para intervenções na via pública e o recurso à banca é, nesta fase, um esforço louvável do Município. ----------

------ Ainda sobre o segundo ponto usou igualmente da palavra o senhor deputado Manuel Sousa do MPT, nos termos que de seguida se transcrevem na íntegra: ----------

------ "*Estranho a proposta que nos chega para a contratação de um empréstimo de longo prazo no montante até quinhentos mil euros, nesta fase do ano. Ainda que a contabilidade do município cumpra com as regras do endividamento do Regime Financeiro das Autarquias Locais, consideramos que este pedido possa condicionar a gestão futura, tendo em conta as dificuldades do executivo nas suas finanças e o resultado líquido do exercício de 2015 ser negativo em continuação com 2014. O receio é que este empréstimo possa agravar as contas que no próximo ano estaremos a analisar, a não ser que exista a garantia de financiamento, que o Sr. Presidente nos falou, que possa compensar este empréstimo. Será importante referir que, apesar da amortização de dívida que vem sendo efetuada estar a ser cumprida pelo atual executivo, o Senhor Presidente sempre se queixou da pesada herança que os antecessores lhe deixaram. Estará a correr o mesmo risco? Lembro que no Orçamento que aprovamos para 2016 estava contemplado um valor de duzentos e setenta mil euros para a requalificação da rede viária existente e, no pedido de empréstimo de longo prazo, o valor para esta rubrica é de trezentos e oitenta e cinco mil euros; saneamento e tratamento de águas residuais no orçamento estava previsto cem mil euros e na proposta o valor solicitado é de sessenta mil euros; abastecimento de água cem mil euros previsto no orçamento e cinquenta e cinco mil euros na proposta de empréstimo. Se no orçamento estava previsto investimento nestas áreas, sem estar previsto qualquer pedido de crédito, qual o motivo para a existência desta proposta? Vou de encontro ao questionado pelo*

deputado Carlos Alberto, em que ficamos com a dúvida perante a necessidade de fundos para pagamentos de despesas, tendo em conta que o depósito em caixa existente, a trinta e um de dezembro, era no valor de duzentos e noventa e seis mil e trezentos e cinquenta e cinco euros. Duvido que estejamos perante dificuldades de tesouraria que agora se pretende resolver. Tendo em conta a recuperação de valores a trinta e um de março deste ano, aqui apresentada há momentos, na ordem dos noventa e cinco mil e seiscentos e sessenta e cinco euros, fará sentido um empréstimo de quinhentos mil euros? Por tudo isto, duvido da necessidade deste endividamento." ----------

----- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa do MPT. ----------

------ A intervenção seguinte pertenceu novamente ao Dr. Paulo Antunes que esclareceu que as condições do empréstimo determinam o seu uso, se fosse para dificuldades de tesouraria seria um empréstimo de curto prazo e com outras condições. ----------

------ De igual forma, o senhor Presidente da Câmara Municipal comentou de seguida que as dúvidas apresentadas pelo senhor deputado Manuel Sousa carecem de fundamento. Destacou que as despesas de investimento apresentadas são fundamentais para que o Município cumpra as suas obrigações para com as populações no que respeita à rede viária e ao saneamento básico e abastecimento de água. ----------

----- Também sobre o este ponto, assumiu a palavra o senhor deputado Manuel Cerqueira da "Coligação Juntos por Terras de Bouro", questionando o motivo de um empréstimo de longo prazo, uma vez que "será por demasiado tempo", afirmou, sendo que as despesas correntes ao longo do ano têm aumentado e já passam dos quatro milhões, finalizou o senhor deputado Manuel Cerqueira. -------

------ O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para referir que uma coisa são os empréstimos de curto prazo, que devem ser obrigatoriamente liquidados no decurso do ano em que são contratos e que se destinam exclusivamente a dificuldades de tesouraria, e outra coisa são os empréstimos de médio e longo prazo que podem ser amortizados ao longo de vários anos e não exigem um esforço financeiro imediato, como os empréstimos de curto prazo. ----------

----- O senhor deputado da "Coligação Juntos por Terras de Bouro", Manuel Cerqueira, voltou a intervir perguntando se daqui a dois anos o Município terá ou

continuará a ter capacidade de pagar este empréstimo. ----------

------ O senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu de imediato, afirmando que o Município tem todas as condições financeiras para suportar com facilidade este empréstimo, não hipotecando nenhum dos projetos futuros, o que se deve à capacidade de endividamento do Município que ainda está longe de estar esgotada, terminou nesta fase o senhor Presidente. ----------

------ Colocado seguidamente à votação, o segundo ponto da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria, apenas com o voto contra do senhor deputado do MPT.

----- No que diz respeito ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, **"Análise e votação dos Documentos de Prestações de Contas relativos a 2015"**, o senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para proceder à apresentação destes "Documentos". ----------

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, com o acompanhamento e colaboração do Dr. Paulo Antunes, dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral e Finanças do Município de Terras de Bouro, apresentou uma exposição detalhada sobre os documentos de prestação de contas, acompanhada da exibição de um *powerpoint.*----------

----- Terminada a exposição do relatório de atividades e contas do Município, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para quem desejasse comentar ou avaliar a apresentação dos documentos de prestação de contas que o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de expor. ---

----- Registaram-se as inscrições dos senhores deputados Manuel Sousa, José Alberto Martins e Filipe Mota Pires. ----------

----- O senhor deputado Manuel Sousa do MPT usou seguidamente da palavra conforme de seguida se transcreve:----------

----- *"Em análise ao documento de prestação de contas relativas a 2015, concordo com aquilo que defende ser o empobrecimento do concelho de Terras de Bouro e a perda de jovens, no entanto, a política municipal continua a ser mesma, o que impede que a tendência possa ser contrária. Sabemos ser um exercício exigente, mas que é necessário fazer. Ainda que bem necessário, os eventos culturais são o que, muito ou pouco, dão visibilidade a Terras de Bouro para a captação de turismo. As políticas de apoio a idosos e na área da educação são necessárias se*

estiverem a contribuir para apoio aos mais carenciados e desenvolvimento dos jovens. Porém, o desenvolvimento do concelho torna-se diminuto, ainda que parte desse investimento deva ser proveniente da iniciativa privada, até porque apenas 20,72% dos custos estão relacionados com funções económicas, contra os 70,80% que estão relacionados com funções sociais. Apoiamos a consolidação orçamental. Em relação a este ponto e, tendo também por base o que nos é descrito pelo Relatório do Auditor Externo, a diminuição do passivo é algo de referir como muito positivo; embora estejamos perante uma situação financeira bastante debilitada como aquela que o município vive, onde os fundos comunitários são a única ajuda que existe para determinadas obras e projetos, apesar do aumento das transferências do Orçamento de Estado em 2015, comparado a anos anteriores deste mandato. A despesa do município continua a ser maioritariamente com a gestão de pessoal, cerca de 52,9%, segundo o relatório de contas embora indique uma redução em relação ao ano anterior, na ordem dos 116 mil Euros, devido a aposentações e rescisões. Em relação a este ponto, pretendo saber se esta redução foi compensada com um aumento das transferências correntes na ordem dos 233 mil Euros, para pagamentos de serviços prestados a funcionários a recibos verdes ou a cargo das freguesias. Refere o documento que: 202 trabalhadores deste município se encontram em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado. Tendo em conta a limitação de tempo destes contratos, existe posição tomada em relação ao futuro destes trabalhadores? Em relação a dívidas de terceiros, referidos na página 68, volto a reafirmar o que referi no ano passado, aquando da votação das contas relativas a 2014: Câmara Municipal prepara-se para contabilisticamente fazer prescrever dívidas de clientes, no ano de 2014 foi de 156 mil euros e neste documento o valor ascende a 163.509 Euros, que hoje aqui foi referido e confirmado que há risco de prescrever. É importante que exista ação para evitar que nos próximos anos o valor se torne ainda maior e o assunto da prescrição continue eternamente aqui a ser tratado e evitemos, quem sabe, também a contratação de novos empréstimos. Em relação às dívidas a fornecedores felicitamos a sua redução em comparação com o ano anterior, assunto que mereceu a preocupação em sessões desta Assembleia Municipal. Continuo preocupado com a gestão financeira do executivo, que apesar de apontar a execução orçamental como muito bom, demonstra, ainda assim, que o resultado líquido de 2015 continua negativo, na ordem dos 244.784,87 Euros, apesar de

mais baixo em relação a 2014 (33,18%) e um fundo de caixa de 296 335 Euros que limita para o pagamento de despesa e salários. Fica assim registado que o MPT votará contra a gerência das contas do Município porque não concordamos com o facto de 163.509 Euros estarem em risco de serem prescritos e que impedem uma redução maior do resultado líquido nas contas. Porém, apresentamos um voto de agradecimento pelo trabalho realizado na organização deste documento à Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, na pessoa do seu diretor" – fim da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa. --

------ No período seguinte, o Dr. Paulo Antunes retomou a palavra para esclarecer o senhor deputado Manuel Sousa que as despesas com o pessoal são fruto de vários indicadores, nomeadamente os últimos trinta e seis meses e respetivas condições de contrato dos novos trabalhadores, além de situações de mobilidade e comissões de serviço. Há ainda, finalizou, situações de dívidas de cobrança duvidosa e que não prescreveram na totalidade, justificando os valores apresentados. ----------

------ O senhor deputado José Alberto Martins deu então início logo depois à sua intervenção e sobre o terceiro ponto da ordem de trabalhos começou por dar os parabéns pela elaboração do mesmo ao responsável da UAGF, Dr. Paulo Antunes. Continuando, afirmou que terão que existir condições para que a câmara municipal incentive o investimento privado, não substituindo tudo e todos com os trabalhos desenvolvidos, só assim se promove o desenvolvimento e a economia do concelho, sublinhou o senhor deputado que também afirmou, por exemplo, que o facto de a câmara municipal estar encerrada tantos dias na Páscoa não foi positivo, porque isso retira precisamente movimento económico ao concelho, caracterizando de desajustado o encerramento logo na tarde de *5.ª feira*. Mais afirmou o senhor deputado José Alberto Martins que a "Coligação Juntos por Terras de Bouro" também se preocupa com as pessoas e as empresas do concelho deviam ser incentivadas e isso sim, chama-se gerar riqueza e emprego que mobilize e sustente a população. Sobre projetos para Terras de Bouro, o senhor deputado questionou se há candidaturas prontas para submeter e já no que diz respeito ao investimento feito pelos executivos do *PSD*, como o Centro do Garrano, por exemplo, que é apelidado de mal feito, talvez fosse bom que se deixasse de falar tanto sobre ele e se avançasse para uma solução, pois cabe a

este executivo resolver este problema e não falar tanto do passado. Por último e sobre as contas, o senhor deputado questionou alguns valores apresentados, como por exemplo, os gastos com as viaturas e frisou que a função de oposição deve ser "dizer o que se pensa e considera melhor para o concelho" e o senhor presidente deve pensar menos em eleições e mais em medidas que promovam o desenvolvimento do concelho, concluiu o senhor deputado José Alberto Martins. -

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou logo depois a palavra para dizer ao senhor deputado José Alberto Martins que o Partido Socialista não é favor da concessão ou privatização de serviços municipais e as "teorias de transferência" de meios para as empresas não funcionam em Terras de Bouro porque ficariam ainda dispendiosas e com mais pessoas desempregadas. Não é assim verdade, continuou, que existam favores políticos, por exemplo, quanto às prestações de serviços porque há protocolos com as Juntas de Freguesia nesse sentido. A transferência de competências para algumas Juntas de Freguesia é a forma correta que o executivo em permanência encontrou para ter funcionários disponíveis para os serviços necessários, como limpezas de edifícios e espaços públicos, transportes escolares, atividades do Centro Municipal de Valências, apoio nas *ATL* e outras atividades escolares, etc.. A contratação de empresas ficaria, de certeza, muito mais caro. Não esqueçamos, continuou o senhor Presidente da Câmara Municipal, que o *PS* aposta no consumo, aumentando o salário mínimo e os ordenados dos funcionários públicos. Não concorda com a opinião do deputado José Alberto Martins de ser um "presidente que desenvolveu pouco o concelho", porque tal não é verdade, uma vez que as infraestruturas e os eventos criados nos últimos anos comprovam exatamente o contrário. ----------

----- De seguida, o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou a lista das despesas correntes para dois mil e dezasseis e lançou o desafio ao senhor deputado José Alberto Martins de indicar os cortes que faria nessas despesas, quando se refere a "menos despesa e mais investimento". Será que se pode cortar nos apoios ao desporto, às instituições sociais, culturais e humanitárias, à ação social escolar e a outros apoios financeiros prestados pelo Município? – questionou o senhor Presidente. A verdade é que a iniciativa privada vive momentos de dificuldade no país e em Terras de Bouro, o que concorre para a reduzida criação de emprego. Sobre a criação de emprego no concelho, o senhor Presidente deu como exemplo a recente instalação do Centro de Inspeções de Veículos Automóveis em Souto, que irá criar alguns postos de trabalho e referiu

também a hipótese de um investimento no pavilhão municipal em Moure, Balança, e salientou a preocupação que o atual executivo sempre demonstrou com o desenvolvimento do turismo e da agricultura em Terras de Bouro, setores que criam emprego, algo que não pode ser esquecido e ocultado. ----------

----- Por último e sobre o terceiro ponto da ordem de trabalhos, interveio o senhor deputado do Partido Socialista, Filipe Mota Pires, com cumprimentos iniciais dirigidos à mesa e aos restantes membros da assembleia. O senhor deputado prosseguiu a sua intervenção para elogiar a apresentação dos *Documentos de Prestações de Contas relativos a 2015,* pelo conteúdo e possibilidade de todos ficarem devidamente esclarecidos e elucidados sobre os mesmos. Com efeito, prosseguiu o senhor deputado, e sobre o empréstimo e respetiva necessidade do mesmo, seria bom não esquecer que em dois mil e nove a dívida do município era muito maior e ninguém se preocupava, assim como a falta de investimento que também existia e também ninguém se preocupava. O senhor deputado deu como exemplo uma situação que apelidou de vergonhosa até dois mil e nove: uma funcionária na Escola do Gerês fazia serviço de *ATL* para cerca de quinze crianças, sendo paga pelos pais nos meses de verão, porque até então o Município não se preocupava com estas situações e nem sequer existia um serviço integrado e coordenado de *ATL* no verão. Presentemente, frisou o senhor deputado, há *ATL* para cento e vinte crianças em todo o concelho, obviamente, com custos para o Município, mas que são aceitáveis e compreensíveis. Há crianças a praticar desporto e outras atividades e, a isto sim, podemos chamar investir no futuro, sublinhou o senhor deputado. Voltando a referir-se aos *Documentos de Prestações de Contas, o* senhor deputado Filipe Mota Pires frisou a melhor taxa de execução dos últimos quinze anos, com a dívida a cair e a promoção de eventos, não esquecendo o assumir de projetos, nomeadamente, no turismo, que promovem o concelho quantitativamente e qualitativamente. Neste último campo tivemos mesmo os melhores números de sempre. Quanto aos apoios sociais, outro tema em foco nos documentos, são uma excelente referência do trabalho do executivo no e para o concelho. Pelas razões apresentadas, o Partido Socialista irá votar favoravelmente os *Documentos de Prestações de Contas relativos a 2015,* comunicou e finalizou o senhor deputado Filipe Mota Pires.----------

------ Sobre esta última intervenção, solicitou a palavra o senhor Presidente da União de Freguesias de Chorense e Monte para referir que em Chorense já existe um *ATL* desde mil novecentos e noventa, pelo que o que foi referido anteriormente não corresponde totalmente à verdade. ----------

----- O senhor deputado Filipe Mota Pires esclareceu que falou das *ATL* promovidas pelo Município e não por *IPSS*, que, essas sim, iam desenvolvendo atividades nas férias para as crianças da área da sua influência e não para todo o concelho como agora acontece. ----------

----- Posteriormente, o terceiro ponto da ordem de trabalhos foi colocado à votação, sendo os *Documentos de Prestações de Contas relativos a 2015* aprovados por maioria, com cinco abstenções dos deputados da coligação "Juntos por Terras de Bouro" e um voto contra do deputado do MPT.----------

----- De seguida foi dado a conhecer à Assembleia Municipal *o Relatório Semestral do Revisor Oficial de Contas, quarto ponto da ordem de trabalhos,* que não foi alvo de intervenções e considerado como conhecido. ----------

----- Seguidamente foi apresentado, considerado e aprovado por unanimidade o quinto ponto da ordem de trabalhos: *Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Custódia Maria Ferreira*, mãe do senhor vereador Dr. António Afonso. ----------

---- Por último, foi apresentado, considerado e aprovado também por unanimidade o sexto ponto da ordem de trabalhos: *Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António José Machado,* avô da senhora vereadora Dr.ª Liliana Machado.----------

----- A seguir à aprovação deste voto de pesar usou da palavra a senhora vereadora Dr.ª Liliana Machado para, em seu nome e da sua família, agradecer a apresentação e consideração do respetivo voto de pesar pelo falecimento do seu avô. ----------

----- Sendo vinte e três horas e trinta minutos, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim que a secretariei.---

O Presidente da Assembleia Municipal

Guilherme José Coelho Alves

O Secretário da Assembleia Municipal